

**Uma metodologia de intervenção em espaços de convivência de habitações de interesse social do programa minha casa minha vida em São João Del-Rei, MG****A methodology of intervention in living spaces of housing of social interest of the program my house my life in São João Del-Rei, MG**

Recebimento dos originais: 02/10/2018

Aceitação para publicação: 06/11/2018

**Lívia Ribeiro Abreu Muchinelli**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Instituição: Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas

Endereço: Campus Tancredo de Almeida Neves, Av. Visconde do Rio Preto, s/nº, km 02, Colônia do Bengo, CEP 36.301-360 - São João Del Rei – MG.

E-mail: liviamuchinelli@ufsj.edu.br

**Marcella Franco de Andrade**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

Instituição: Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas

Endereço: Campus Tancredo de Almeida Neves, Av. Visconde do Rio Preto, s/nº, km 02, Colônia do Bengo, CEP 36.301-360 - São João Del Rei – MG.

E-mail: marcellafa@hotmail.com

**Eder Henrique da Silva**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del Rei

Instituição: Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas

Endereço: Campus Tancredo de Almeida Neves, Av. Visconde do Rio Preto, s/nº, km 02, Colônia do Bengo, CEP 36.301-360 - São João Del Rei – MG.

E-mail: ederhs.arqurb@outlook.com

**Polyanna Oliveira Pinto**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del Rei

Instituição: Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas

Endereço: Campus Tancredo de Almeida Neves, Av. Visconde do Rio Preto, s/nº, km 02, Colônia do Bengo, CEP 36.301-360 - São João Del Rei – MG.

E-mail: polyannaoliveirap@gmail.com

**Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira**

Mestranda em Ambiente Construído (PROAC/UFJF). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del Rei

Instituição: Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas

Endereço: Campus Tancredo de Almeida Neves, Av. Visconde do Rio Preto, s/nº, km 02, Colônia do Bengo, CEP 36.301-360 - São João Del Rei – MG.  
E-mail: sarah.gabriela20@gmail.com

## RESUMO

O trabalho em questão apresentará as experiências e resultados de um projeto de pesquisa e extensão que tinha por objetivo desenvolver uma metodologia de intervenção nos espaços de convivência do conjunto habitacional Risoleta Neves I, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em São João del-Rei, MG. Este equipamento de habitação de interesse social, por ter sido planejado de forma não participativa e, portanto, indiferente às reais necessidades dos beneficiados, teve restritas suas possibilidades de apropriação, em especial dos espaços livres comuns – que deveriam ser locais de convivência e aproximação dos moradores –, os quais, por isso, são o objeto das intervenções do projeto. A metodologia do projeto de pesquisa e extensão, a que se refere o título, consistiu-se em oficinas junto aos moradores para identificar problemas e locais com potencial para qualificação, no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, assim como, buscou os instrumentos para sua realização; e teve como referência a estrutura do Trabalho Técnico Social (TTS) que compõe o PMCMV. O TTS sugere os temas a serem trabalhados (mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e capacitação e geração de trabalho e renda); e o cronograma de atuação do projeto de pesquisa e extensão, foi desenvolvido de modo a acompanhar a equipe da prefeitura na aplicação dos mesmos, e auxiliar no envolvimento dos residentes como agentes dos processos. O trabalho discutirá os desdobramentos do projeto de pesquisa e extensão no local e os principais empecilhos enfrentados – principalmente a interlocução com a prefeitura; e, da mesma forma, tratará de questões sobre o próprio PMCMV, que interferem não só no objeto estudado, como também, no não envolvimento dos residentes nas ações que se pretendiam aplicar.

**Palavras chave:** Programa Minha Casa Minha Vida; Habitações de Interesse Social; espaços comuns; participação comunitária.

## ABSTRACT

The work in question will present the experiences and results of a research and extension project that had as objective to develop a methodology of intervention in the living spaces of the housing complex Risoleta Neves I, of the My Home My Life Program (PMCMV), in São João del-Rei, MG. This housing equipment of social interest, because it was planned in a non-participative way and, therefore, indifferent to the real needs of the beneficiaries, had restricted its possibilities of appropriation, especially of common free spaces - that should be places of coexistence and approximation of the residents - who, therefore, are the object of project interventions. The methodology of the research and extension project, referred to in the title, consisted of workshops with the residents to identify problems and places with potential for qualification, in the ambit of Architecture and Urbanism, as well as, sought the instruments for their achievement; and had as reference the structure of the Social Technical Work (TTS) that composes the PMCMV. The TTS suggests the themes to be addressed (community mobilization and organization, health and environmental education, and training and generation of work and income); and the research and extension project's timeline was developed in order to accompany the city hall staff in their application, and assist in the involvement of residents as process agents. The paper will discuss the ramifications of the research project and extension in the place and the main obstacles faced - mainly the interlocution with the city hall; and, in the same way, it will deal with questions about the PMCMV itself, which interfere not only with the object studied, but also with the non-involvement of residents in the actions they intend to apply.

**Keywords:** My Home My Life Program; Social Interest Rooms; common spaces; community participation.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho irá demonstrar os resultados de um projeto de pesquisa e extensão que visava desenvolver uma metodologia de intervenção junto à comunidade residente no Conjunto Habitacional Risoleta Neves I, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em São João del Rei-MG, descrevendo o levantamento dos problemas e potencialidades do mesmo, do qual se esperava gerar propostas para sua requalificação do local.

A proposta surgiu de uma visita realizada à moradia estudantil da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), localizada no Campus Tancredo Neves (CTAN), no âmbito do Estúdio Intermediário (EIN) “Habitação” do Curso de Arquitetura e Urbanismo, que gerou uma reflexão sobre o projeto arquitetônico e os arranjos espaciais internos e externos das unidades habitacionais, bem como as necessidades identificadas no ambiente, que é um tipo de Habitação de Interesse Social (HIS).

O EIN trabalhou, no segundo semestre de 2015, o processo de projeto e a produção de uma habitação unifamiliar ou multifamiliar, de interesse social ou não. A diversidade possibilitou o atendimento de demandas reais trazidas pelos alunos, como a moradia do CTAN. Esta apresenta problemas, especialmente, em relação à má distribuição dos espaços internos; patologias construtivas, que inviabilizam a ocupação de todas as unidades; e faltam espaços comuns de lazer e interação entre os estudantes. O edifício carece de acessibilidade, infraestrutura básica - como iluminação no caminho que leva até ela -, mobilidade para o restante da cidade - pois o transporte coletivo é insuficiente -, e serviço de saúde - ausente no Campus. Com isto começou-se a se pensar em uma forma de apoiar a moradia que extravasasse o EIN, criando uma metodologia de intervenção que propiciasse potencializar ou criar áreas de convivência deste local, com o envolvimento dos seus moradores.

Nesta época, a coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo foi procurada pela equipe do “Trabalho Técnico Social” (TTS) da prefeitura municipal que começava a acompanhar a ocupação do Conjunto Habitacional Risoleta Neves I do PMCMV na cidade. O objetivo geral do TTS, segundo sua proposta de trabalho – que se baseia no PMCMV – “é viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas (...), através de ações que compreendem a gestão comunitária, de modo a desenvolver e fortalecer o sentimento de pertencimento das famílias ao local de sua moradia (...)” (PMSJDR, 2015). E seus objetivos específicos, a mobilização e sensibilização das famílias para uma melhor utilização dos

imóveis e administração dos conflitos comunitários; implantação de ações de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de emprego e renda; e o estabelecimento de parcerias – e deveria começar antes da ocupação das unidades.

Com base nas oficinas que propõe o TTS em SJDR, foi organizado um projeto de pesquisa e extensão para orientar tecnicamente os moradores para as possibilidades de projeto nos espaços residuais do Conjunto, tratamento do lixo e reciclagem, melhoria e apropriação dos espaços de uso comum - como o salão comunitário. Esta proposta também pretendia congrega as demandas da moradia estudantil, como local de experimentação destas possibilidades e a partir da experiência nestes locais, seria materializada, ao final do projeto, uma metodologia de intervenção em projetos de HIS e estruturadas oficinas para intervenção nos espaços comuns coletivamente. E, para desenvolvê-lo foi montada uma equipe da qual faziam parte duas professoras e três estudantes de graduação - contratados como estagiários por convênio com a prefeitura.

Por causa do calendário do TTS, o projeto se dedicou mais ao acompanhamento da população do Conjunto Habitacional Risoleta Neves I, por isso, as principais questões que serão discutidas no texto são relacionadas ao PMCMV e, logicamente, ao contexto em que foi edificado o Conjunto estudado pela equipe. São elas, além dos desdobramentos do próprio projeto, a baixa participação da população nas oficinas e as dificuldades de comunicação entre os agentes da prefeitura e a equipe do mesmo. Além disso, o artigo pretende destacar a forma como o PMCMV se dá nos municípios, sem o envolvimento dos interessados, que colabora com a diminuição do interesse dos mesmos na solução de problemas que surgem posteriormente à sua mudança para o local; e a baixa capacidade dos órgãos municipais de acompanharem o pós-morar nos conjuntos que, muitas das vezes, se utilizam de equipes terceirizadas.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Como forma de situar teoricamente este trabalho, será feita uma breve explanação sobre as intenções da Política Nacional de Habitação (PNH) e de seu principal componente - o Plano Nacional de Habitação (PlaNHab) -, assim como, será relatado o que se pretendia com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), integrante deste último, e por meio do qual foi edificado o Conjunto tratado neste artigo.

Após a aplicação de diferentes iniciativas para a Habitação de Interesse Social (HIS) no país - que não precisam ser citadas aqui, mas que não conseguiram solucionar o problema habitacional, fazia-se necessária a confecção de uma proposta que abarcasse os diferentes aspectos relacionados ao tema e o relacionasse à política urbana. Então foi elaborada, em 2004, a PNH, cujas principais finalidades eram: a retomada do processo de planejamento pelos entes governamentais; a integração

dos três níveis de governo, a iniciativa privada e a sociedade civil; assim como, a superação de intervenções pontuais.

A PNH visava o desenvolvimento urbano integrado – pois a habitação não se restringe à casa, mas, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais – na busca da garantia do direito à cidade. Isto se daria com a retomada da questão habitacional como uma política de Estado; com o destaque de Planos Diretores Municipais e do planejamento habitacional municipal, visando a contenção da expansão horizontal urbana e a fragmentação do espaço, que gera segregação; e valorizando outras políticas, como a da mobilidade, conectando a moradia a todos os locais da cidade. Suas diretrizes abarcavam, também, o ‘Desenvolvimento institucional’, ou seja, a capacitação dos técnicos municipais para lidar com o tema habitacional; e o estabelecimento de critérios de escolha dos beneficiados e da apuração da qualidade e produtividade da habitação, com vistas a favorecer a durabilidade das edificações.

Por estar dentro da PNH, o PlaNHab visava, por sua vez, a participação social e propor ações e programas que atendessem ao perfil das reais necessidades da população; além de estabelecer critérios para a alocação de recursos e indicar áreas prioritárias para execução dos investimentos. Incluso no PlaNHab está o Subsistema de Habitação de Interesse Social e, para aderir a ele, o município deveria ter uma estrutura básica capacitada a intervir na área da habitação - como uma secretaria ou órgão a ela ligado -, um conselho e um fundo. Esta estrutura exerceria a função de coordenação, criação de programas e projetos de intervenção, controle e informação, além de planejamento - pela formulação do Plano Municipal de Habitação, em articulação com o Plano Diretor, para definir os locais dos empreendimentos -, e organização da demanda.

O PMCMV, por sua vez, tinha a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos ou reforma de habitações, para famílias de 0 a 6 salários mínimos. Para a construção das unidades habitacionais, podiam ser doados, pelos entes federados, terrenos localizados em área urbana consolidada ou em área de expansão, respeitando o plano diretor municipal e instalados equipamentos urbanos pelo poder público local. A seleção dos mutuários é feita por sorteio, com base em critérios definidos pelo Conselho Municipal de Habitação; as tipologias devem observar a legislação municipal, entretanto, a cartilha do Programa determina uma metragem mínima; e é a Caixa que analisa o projeto.

No entanto, desde o surgimento do PMCMV, estudos vêm demonstram que por meio dele estão sendo mantidas antigas práticas de programas habitacionais, assim como, desconsiderados a PNH e no PlaNHab. Como mostram, por exemplo, Arantes e Fix (2009), o PMCMV, tem se

voltado à supressão do déficit habitacional, desconsiderando também os planejamentos habitacionais locais. Estes autores explicitam que a produção vem se localizando no limite ou além do perímetro urbano, e a legislação de parcelamento do solo - que deveria contribuir para viabilizar o acesso ao solo urbanizado para a população de baixa renda - têm sido desconsiderada ou burlada.

De acordo com a PNH (2009), a política fundiária e imobiliária para habitação, iria partir da “adequação dos mecanismos legais federais e locais, como o Plano Diretor, entre outros constantes no Estatuto das Cidades (EC), para definir áreas de interesse para produção e avaliação dos impactos ambientais, legais e sociais dos instrumentos de modo a gerar participação e ‘inserção urbana’”. Entretanto, de acordo com diversos autores, esta conformação não vem acontecendo; a regularização fundiária para urbanização de assentamentos também não se concretiza, nem a reabilitação de áreas centrais com HIS, financiamento para aquisição de imóveis usados ou locação social.

Os órgãos públicos se mantêm frágeis perante as transformações propostas pela PNH e pelo PlaNHab, mesmo após ações de capacitação implementadas pelo Ministério das Cidades, e o papel dos outros agentes continua obscuro, em especial, o da CAIXA, que é inacessível, mesmo para os entes do executivo. Por isso, os elementos da estrutura institucional continuam inexistente, e são substituídos pela ação de empresas privadas.

Por tudo isso, a produção do PMCMV se desconecta das reais necessidades dos moradores, seja por questões econômicas, que priorizam soluções padronizadas e de baixa qualidade; ou por razões políticas, que apressam a tomada de decisões e excluem a possibilidade de apropriação pelos futuros residentes, por serem construídos sem a participação dos interessados, em locais desconectados do tecido urbano. E esta situação fica mais clara pelo não tratamento dos espaços livres dos conjuntos, o que inibe a conservação dos mesmos, deixando-os sujeitos ao abandono ou depredação, além de influenciarem o surgimento de conflitos sociais e descaracterização destas áreas.

### **3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**

Neste item será descrito o trabalho e, com isto, retirados os principais apontamentos sobre as questões levantadas na introdução. Como mencionado, o projeto se baseou nas oficinas propostas pela equipe do “Trabalho Técnico Social” (TTS), que já tinha um cronograma em andamento e, inicialmente, duraria até maio de 2016. Considerando que o projeto começou efetivamente em dezembro de 2015, não se pôde colocar em prática a ideia de tomar a moradia como local de experimentação, então, partiu-se direto para a aproximação com os moradores do Conjunto.

## Brazilian Applied Science Review

Para o projeto, foram agrupados em 4 (quatro) os temas que deveriam ser trabalhados junto aos moradores, segundo o TTS: lixo e reciclagem; mobilidade urbana; educação sanitária; educação ambiental e paisagismo; e a equipe seria parceira da prefeitura para direcioná-los para completar a temática de arquitetura e urbanismo.

O Conjunto Habitacional Risoleta Neves I, localiza-se no bairro Tijuco, em São João Del Rei e é constituído por 22 edifícios, de 5 pavimentos cada, com 4 unidades por andar, somando 440. No entanto, vale ressaltar que alguns apartamentos ainda não foram ocupados e outros foram invadidos por pessoas não participantes do programa.

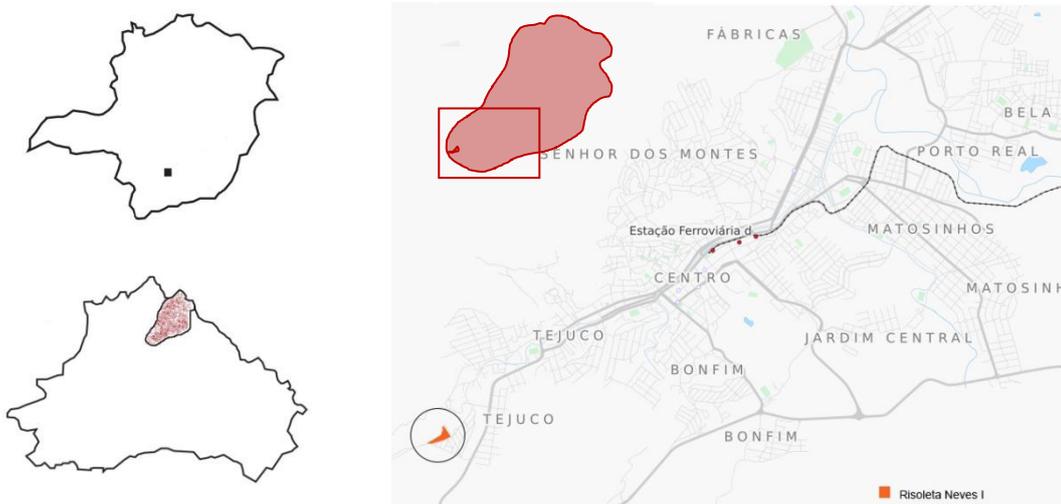


Figura 1 – Localização do Conjunto Habitacional Risoleta Neves I na cidade (Fonte: a equipe - sem escala)

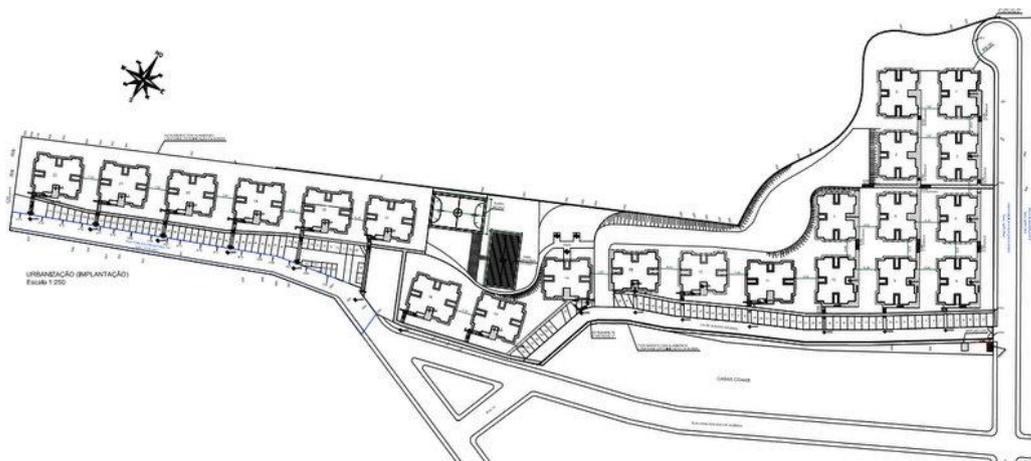


Figura 2 – Planta de implantação do Conjunto Habitacional (Fonte: a equipe - sem escala)

O principal objetivo do projeto era tornar os moradores os principais agentes da mudança no local, já que eles não tiveram oportunidade anteriormente de serem envolvidos no processo. O condomínio estava passando por conflitos, descaracterização e depredação do espaço; e por meio de

reuniões, oficinas e mutirões, esperava-se que todos os moradores fossem incentivados para realizar as melhorias coletivamente.

O primeiro contato com a comunidade se deu em janeiro de 2016, e teve como finalidade apresentar o projeto aos moradores. Nesse encontro foram relatadas questões, como a inadimplência da taxa condominial, por parte de certos moradores - atitude justificada como protesto ao não cumprimento da prestação de serviços prometidos pela administradora do local, como jardinagem e faxina, que nunca foram realizados. Dentre outras reclamações, foi mencionado o mau estado de conservação do salão comunitário e demais áreas de convivência, e a falta de iluminação nas áreas livres – que favorece o tráfico de drogas e contribui para a falta de segurança. E um fator importante mencionado foi o descarte do lixo, que é colocado em um único depósito – um cômodo ao lado da entrada principal do Conjunto -, além disso, não há lixeiras no entorno das edificações e há lixo jogado no entorno dos edifícios.

Pela observação da equipe, também foi possível perceber a escassez de transporte público e a má localização do conjunto - que não tem nenhuma relação com a política habitacional municipal -, de espaços comuns de lazer e interação entre os residentes, assim como, de acessibilidade aos edifícios. E é importante ressaltar que alguns pontos vão além da área de atuação do projeto, e são resultados de um processo de implantação que aconteceu sem o envolvimento dos futuros residentes. Por isso, é importante ouvir todas as colocações, para entender o contexto do Conjunto e poder orientar os moradores sobre a forma e a quem recorrer.

Para minimizar o problema do lixo, na segunda reunião, foram elaborados juntamente com os moradores, convites para uma assembleia, na esperança de atrair mais pessoas para a discussão do tema, além de debater e identificar outros fatores precários no Condomínio. E, de acordo com os convites, a terceira reunião foi realizada em duas etapas: a primeira consistiu na identificação dos problemas existentes no entorno de cada um dos blocos a partir do ponto de vista de seus moradores e, a segunda, foi a discussão das propostas para a coleta de lixo no local.

No primeiro momento foi entregue a planta de implantação de cada edifício para os seus respectivos ocupantes, e estes marcaram no papel os problemas que envolviam o prédio. Os principais aspectos citados foram: a ausência das lixeiras; a falta de segurança devido à ausência de iluminação; falta de acessibilidade e vandalismo. O segundo momento teve a intenção de discutir a implantação de lixeiras de menor porte para se descartar lixo pequeno e evitar descarte nos gramados - o que foi desacreditado por alguns moradores, que acreditam que elas poderiam ser furtadas e esperariam a implantação das mesmas para julgar o sucesso da ideia.

Depois de uma pausa das atividades, devido às férias da Universidade, foi apresentação a proposta da coleta seletiva de lixo para os moradores e a equipe do Pós-Morar obteve lixeiras para

colocar no entorno das edificações, portanto foram selecionados os pontos para colocá-las. As áreas escolhidas foram as entradas dos edifícios e pontos de passagem ou transição dos prédios, no entanto questões ficaram indefinidas, como a fixação do equipamento e quem se responsabilizará pela sua limpeza.

Além de lixeiras, também foi discutida a possibilidade de construção de um novo depósito, para reduzir a demanda do local atual – que já não comporta todo o lixo dos moradores, além da construção de outros depósitos pela área do Conjunto, facilitando o acesso de moradores dos pontos mais distantes. E o tema da reciclagem foi debatido, já que alguns moradores vivem da renda obtida por ela. Dessa forma, seria necessário mobilizar as pessoas para que fizessem a separação do lixo com o intuito de ajudar aqueles residentes que dependem disto e impactar positivamente o meio ambiente.

Com base nas discussões realizadas com os moradores, foi elaborada a proposta da reforma do cômodo de depósito de lixo e de construção de outros dois para atender a demanda do conjunto. Elas seriam localizadas conforme o mapa abaixo:

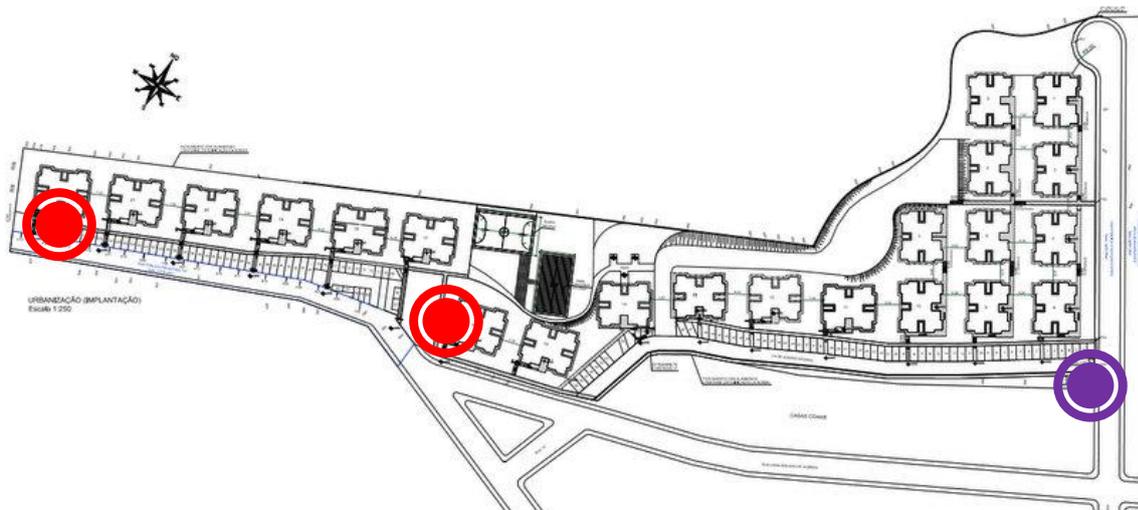


Figura 3 – Planta de implantação do Conjunto, sendo o círculo em roxo o local da lixeira existente e os círculos em vermelho, os locais propostos para as novas (Fonte: a equipe - sem escala)

Depois de algumas semanas, a equipe apresentou o projeto de reforma do cômodo existente (Figura 4a) e a construção de 2 novos cômodos (Figura 4b) - cada um com duas aberturas: uma voltada para o interior do Conjunto e a outra para a rua, para a realização da coleta pelos garis, conforme imagens a seguir:

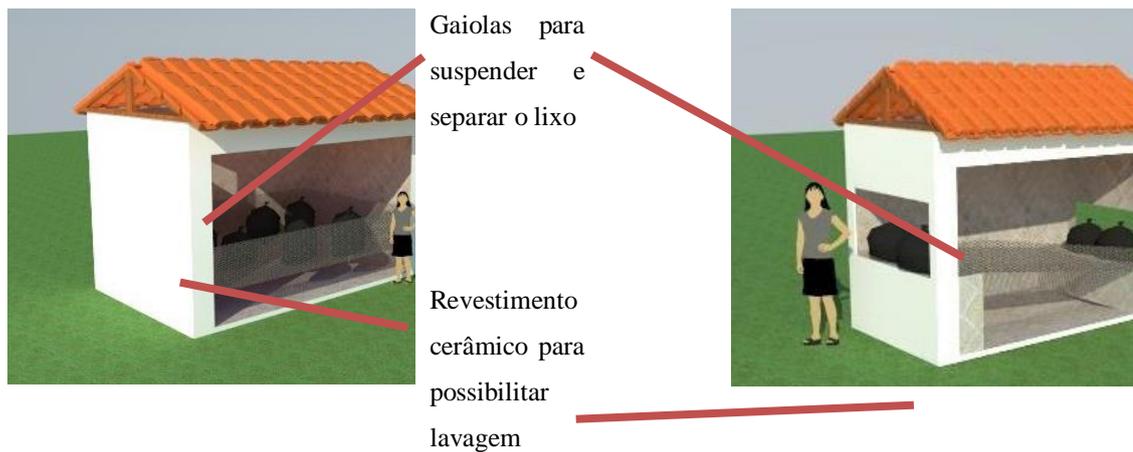


Figura 4a – Projeto de reforma da lixeira existente

Figura 4b – Projeto das novas lixeiras

Posteriormente foi realizada uma reunião na Secretaria Municipal de Cidadania, Desenvolvimento e Assistência Social, com a finalidade de discutir o andamento do trabalho e entender de que forma o projeto se encaixava nas ações da equipe do TTS. Como resposta foi montado um cronograma explicitando as atividades possíveis de ser realizadas em consonância com as oficinas do TTS. O cronograma foi pensado de forma a haver uma alternância entre as reuniões de preparação e a execução das oficinas, de forma a haver tempo para prepará-las e cumpri-las adequadamente.

No retorno ao conjunto foi feita a apresentação do projeto e do orçamento das lixeiras. As propostas foram aceitas e os materiais a serem utilizados foram debatidos - de acordo com o custo calculado para o projeto, sem a mão de obra. Porém, como não há recursos para aplicação dele, os moradores foram incentivados a obterem os materiais por meio de uma campanha de doações. Foi sugerido que eles elaborassem um documento descrevendo o projeto e os materiais necessários, para poderem solicitar patrocínio de lojas de materiais de construção e que os próprios moradores ajudassem na confecção dos depósitos de lixo, por meio de mutirão. O processo de reforma e construção ocorreria de forma gradual: enquanto os moradores vão obtendo os materiais para a construção dos novos cômodos, deveria ser iniciada a reforma do atual.

Além da discussão do projeto, nesta reunião foi iniciada uma conversa sobre o tema da Mobilidade Urbana, isto é, a explicação de como o indivíduo que vive nas cidades realiza seus deslocamentos. Esse tema é muito importante, principalmente em conjuntos de habitação de interesses sociais, cuja lógica é a implantação nas áreas mais afastadas e periféricas das cidades, a exemplo do Risoleta Neves I.

No mês seguinte foram realizadas, pelos estagiários, entrevistas aos moradores sobre o tema Mobilidade Urbana, por meio de um questionário – que visava conhecer o entendimento dos

mesmos sobre este tema, acrescido de perguntas sobre o meio ambiente – elaborado pelo técnico ambiental do TTS. O documento possuía 44 questões – sendo 34 objetivas - e foi aplicado tentando abarcar, no mínimo, 5 pessoas por bloco. Foram obtidas 85 respostas que demonstraram as principais dificuldades dos moradores, relacionadas, principalmente, pela má-qualidade dos serviços de transporte coletivo oferecido - que conta com apenas uma linha de ônibus fixo, com intervalos de 20 (vinte) minutos entre as passagens. Os moradores relataram que, comumente, os horários não são respeitados, e o intervalo de espera é maior. Isto influencia diretamente na vida de todos, pois é o meio de transporte mais utilizado no local, conforme a pesquisa.

Foi realizada uma segunda reunião na Secretária de Cidadania e Assistência Social ocorreu no mês de junho para discutir o andamento das atividades, entre eles, os resultados da aplicação dos questionários. Estes dados puderam ser utilizados como base para a elaboração de um abaixo-assinado posteriormente, para solicitar mais linhas de ônibus até o local – do qual será falado mais à frente. Além disso, as novas ações do TTS que estavam sendo planejadas para a melhoria da mobilidade no local e, também, da renda dos moradores, foram apresentadas. Para a melhoria da mobilidade no local, uma ação seria a realização de feiras de alimentos no local, para reduzir a necessidade de deslocamento até o centro da cidade; e outra atividade era a identificação de pessoas interessadas em fazer objetos artesanalmente e vendê-los em uma feira da cidade.

Apesar desta reunião, a comunicação com a equipe do TTS estava difícil, além de estarem ocorrendo outras atividades no local que não estavam sendo comunicadas aos integrantes do projeto. Enquanto isso, a data de encerramento do projeto estava se aproximando. Portanto foi marcada o dia 01/07/2016 para a última reunião oficial do projeto no Conjunto, com a função de apresentar os resultados da pesquisa sobre mobilidade, assim como, o orçamento final dos cômodos de lixo.

Nesta reunião foram apresentados e discutidos os resultados das entrevistas realizadas com os moradores sobre mobilidade urbana. A comunidade foi incentivada a utilizarem os dados obtidos para conseguirem melhorias para o local no tocante ao tema, a partir da elaboração de um abaixo-assinado. Além disso, o orçamento da construção dos cômodos de lixo novos e reforma do atual foram finalizados e, com eles, os moradores poderiam pedir doações ou comprá-los quando houver receita no condomínio.

Além disso, foi realizada a oficina “Construindo nosso Conjunto” que teve o objetivo de completar o estímulo dado aos moradores pela equipe do TTS sobre a importância de cuidar do meio ambiente e das vantagens de arborizar o condomínio. Para isso, foram levantadas as áreas possíveis para implementar projetos paisagísticos em comunidade.

#### 4 CONCLUSÕES

Mesmo com um final um pouco atropelado e resultados muito aquém do esperado, faz-se necessários discutir as questões deste trabalho – que ultrapassam o âmbito do Conjunto trabalhado. Esta experiência já foi debatida em outras oportunidades, mas cada novo evento é uma chance de se aprofundar na discussão de suas principais conclusões.

A primeira questão suscitada ao longo do trabalho foi a participação da população interessada - que se apresentou baixa em ambos os locais, mas será tratada apenas a do Conjunto. Como ela foi pequena em todas as reuniões, buscou-se traçar estratégias no projeto para estimular o envolvimento dos moradores para a continuação do mesmo.

O projeto contou com uma baixa participação, desde a reunião inicial - mesmo assim, esta primeira superou as expectativas, pois era esperada uma menor participação. E esse momento contou com a participação de pessoas interessadas em promover mudanças no local, já que estavam insatisfeitas com os problemas existentes. Como forma de incentivar a participação, a equipe mobilizou os presentes para que cada um convidasse mais uma pessoa para a reunião posterior, com isso, a cada reunião o número duplicaria e, conseqüentemente, maiores seriam as possibilidades de atuação no espaço - porém, isto não ocorreu em nenhum momento.

A segunda reunião contou com uma participação similar a anterior, porém com uma diferença, novas pessoas surgiram e, a maior parte dos presentes de antes, não compareceu. Ou seja, foi necessário explicar novamente a proposta e surgiram outras reclamações; por outro lado, novas pessoas dispostas a melhorar o local, as quais, se agregadas, poderiam alcançar resultados ainda melhores. Nesta reunião ocorreu a primeira atuação participativa dos moradores - com a confecção dos convites, como citado anteriormente (Com isto obteve-se bons resultados, já que à reunião seguinte compareceu o maior número de pessoas obtido em reuniões: 20). E foi realizada a identificação dos problemas existentes no Conjunto pela planta do mesmo e, embora o desenho técnico pudesse gerar dificuldade, a maior parte dos moradores já havia tido algum contato com ele e as dificuldades foram solucionadas pelos membros do projeto.

Na terceira reunião e na posterior, todas as ações previstas foram realizadas e o diagnóstico dos principais problemas do local evidenciou uma notável semelhança de opinião dos moradores. Também foram definidos os locais nos quais haveria a implantação das lixeiras menores e a apresentação do projeto do cômodo de lixo.

Nas reuniões realizadas no Conjunto, percebeu-se que os moradores se encontravam desorientados a cerca de suas responsabilidades em relação aos espaços comuns, da mesma forma que não sabiam a quem recorrer perante os problemas identificados nestes locais. Da mesma forma

que se pôde perceber o aumento do interesse deles em se organizar para buscar soluções, apesar da baixa participação.

Na reunião seguinte, onde foi apresentado o cálculo dos custos da reforma/construção dos cômodos de lixo e anunciada a oficina de Mobilidade Urbana, o problema da baixa participação se repetiu. Entretanto, acredita-se que isto se deu, desta vez, porque a administradora do condomínio mudou e o Conjunto estava em adaptação.

A equipe se encontrou para dar andamento ao trabalho, e ajustar o cronograma à ampliação da vigência do projeto, que ocorreu no final de abril. Dessa forma, o mesmo foi adaptado para readequar as ações ao prazo. Dentre as ações estavam as atividades relacionadas às oficinas elencadas no TTS, com o intuito de discutir os problemas da comunidade e identificar demandas a serem resolvidas junto com os moradores. Elas seriam realizadas entre os meses de maio e julho.

As oficinas estariam relacionadas à: 1) Mobilidade Urbana - visando a discussão sobre a circulação urbana, seus impactos e a importância da conservação dos espaços e equipamentos comuns; 2) Educação Sanitária e Ambiental - com objetivo de sensibilizar a comunidade para o processo de preservação e conservação do meio ambiente por meio de palestras sobre o uso racional dos recursos naturais e uma visita a usina de coleta seletiva de resíduos sólidos na cidade Coronel Xavier Chaves; 3) importância da Árvore - com o objetivo de estimular os moradores sobre a importância de cuidar do meio ambiente e das vantagens de possuir arborização no condomínio, por meio de um seminário e levantamento das áreas para um projeto paisagístico/ plantio de mudas.

Em cada uma delas, a equipe do projeto de extensão e pesquisa iria desenvolver as atividades relativas à arquitetura e ao urbanismo, além de apoiar naquelas em que fosse possível. Contudo, a partir do final do mês de abril, viu-se a redução dos contatos por parte do interlocutor da prefeitura, que causou um esfriamento das atividades da equipe. Além disso, uma outra equipe começou a atuar no conjunto, desenvolvendo tema complementar ao do projeto, porém, seu calendário foi desconsiderado pelo pessoal do TTS e não foi possível agendar as reuniões previstas.

Portanto, no início do mês de julho, como já estava programado o encerramento das atividades do projeto, foram condensadas a programação sobre Mobilidade Urbana e Paisagismo em uma única reunião. Neste encontro foi possível à equipe do TTS esclarecer parte dos problemas que estavam dificultando o avanço do projeto: um integrante da equipe não estava repassando as informações e ele também não divulgava as atividades de forma ampla, como se pensava - eram colados cartazes apenas na entrada dos blocos, por isso, poucos moradores viam e ficavam sabendo das reuniões.

Por tudo isso, não foi possível avaliar os efeitos do projeto na comunidade de forma completa – tanto as expectativas dos moradores em relação ao mesmo, quanto os resultados obtidos.

## ***Brazilian Applied Science Review***

O projeto terminou no início das férias e não foi possível realizar mais nenhuma outra reunião devido ao desligamento de alguns membros. Contudo, pelas últimas atividades realizadas, era perceptível o aumento do interesse dos moradores em buscar a solução para os problemas do local.

Como dito acima, os moradores se encontravam perdidos em relação às suas atribuições para com os espaços de convivência existentes nele – que vinham sendo depredados e deixados ao abandono. Por outro lado, também, não tinham informações sobre a quem recorrer perante estes problemas – considerando-se os problemas de administração. A partir do andamento do projeto, se pôde identificar o crescimento do interesse em formar algum tipo de organização entre eles para procurar sua resolução, mesmo sendo poucos - o que forçou a mudança da administradora do condomínio.

Sobre a baixa participação dos residentes na última reunião no Conjunto, pensava-se que a divulgação era feita pela equipe do TTS pessoalmente no dia anterior às oficinas. Entretanto, não era - e por parte dos integrantes do projeto, isto seria difícil, por causa dos outros compromissos na universidade. Mas isto já indica a necessidade de reformulação do TTS e prova que a prefeitura continua mal equipada, tanto na questão estrutural (espaço físico, materiais, equipamentos, etc), quanto em termos humanos, contando com servidores sem a preparação adequada para lidar com esse contexto ou contratando equipes desarticuladas de seu funcionamento. Além disso, os processos burocráticos para obterem equipamentos e outros itens necessários para o cumprimento das ações, aliados a um cronograma rígido, neste caso, contribuíram para a desmotivação da equipe do TTS, embora tenha havido empenho dos seus integrantes.

E, aliado ao despreparo da prefeitura, parte da situação-problema que envolve os conjuntos, como este, se deve, também, ao formato em que é implantado o PMCMV, que visa somente à redução do déficit habitacional, desconsiderando a participação popular em suas diferentes fases, ou implantando apenas parcialmente o TTS – só na fase posterior à ocupação - o que influencia a apropriação dos mesmos no futuro.

Com a realização dos questionários sobre Mobilidade Urbana, destacou-se a má localização do Conjunto Risoleta Neves I, resultado da não consideração de uma política habitacional federal e municipal – que indica áreas para HIS no município – pois ele está localizado nos limites do perímetro urbano, numa área afastada do centro, carente de equipamentos de lazer e de transporte coletivo. Além disso, percebe-se que a legislação urbana não foi considerada nem aconteceu uma avaliação dos impactos ambientais, legais e sociais dos instrumentos de modo a gerar alguma participação e ‘inserção urbana’, vista a solução padronizada e com baixa qualidade arquitetônica que foi adotada – o que fica mais evidente por não haver um tratamento humanizado das áreas livres, externas às unidades habitacionais.

Por outro lado, se destacam os ganhos acadêmicos adquiridos pela realização deste trabalho e o conhecimento absorvido, seja pela vivência dos integrantes nestes locais, seja pelas pesquisas realizadas para a realização das oficinas e artigos. E, conforme diversos autores escrevem, a arquitetura deve fomentar no usuário uma consciência coletiva, para que o espaço seja compreendido como uma propriedade de todos e tenha sua apropriação estimulada. Além disso, a complexidade dos projetos congrega questões de arte, tecnologia, ambiental, social e econômica, presentes em todas as categorias de projetos, para quaisquer faixas de renda.

A partir do momento que todas estas atividades surgiram de uma unidade acadêmica, fica clara a possibilidade de se aplicar a teoria citada, e subsidiar os estudantes envolvidos para realizarem projetos com estes conceitos. Da mesma forma, mesmo com pouco tempo de projeto, espera-se ter dados ingredientes suficientes para se fomentar a vontade de mudança e a organização comunitária dos moradores do Conjunto para se organizarem e juntos buscarem soluções para os seus problemas.

Não obstante os empecilhos, as atividades deste projeto apresentam-se como campo para o aperfeiçoamento técnico, metodológico e humano de seus integrantes, e para potencializar o papel social do arquiteto, tanto individualmente, quanto na cidade de São João del Rei. E, da mesma forma, contribui para a revisão de elementos estruturantes do PMCMV, independente dos rumos que o programa tome.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro F.; FIX, Mariana. *'Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula*. (Artigo Digital). 2009. In: Correio da Cidadania. ([www.correiodacidadania.com.br](http://www.correiodacidadania.com.br)) Acesso: dez/2014.

BRASIL. LEI Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Plano Nacional de Habitação (PlaNHab)*. 2009.

CAIXA. *Cartilha do Programa Minha Casa Minha Vida*. 2009. In: Caixa ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)). Acessado em junho de 2013.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## ***Brazilian Applied Science Review***

KOWALTOWSKI, Doris et al (org.). *O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia*. São Paulo: Oficina de Textos; 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI. Secretaria Municipal de Cidadania, Desenvolvimento e Assistência Social. *Proposta Final para o Trabalho Técnico Social no Empreendimento “Risoleta Neves I”*. 2015.

\_\_\_\_\_. *Plano Local de Habitação de Interesse Social*. 2010.